

Em ritual, imperador elencava prioridades do Brasil

Com discursos solenes, chamados de falas do trono, os imperadores Pedro I e Pedro II e os regentes abriam e encerravam o ano de trabalho dos senadores e deputados. Os originais estão no Senado e foram tombados pela Unesco

Ricardo Westin

HOJE, PRIMEIRO DIA do ano legislativo, a presidente Dilma Rousseff cumpre o dever imposto pela Constituição e envia ao Congresso Nacional a mensagem presidencial. Trata-se do documento em que o governo faz um balanço do ano que se encerrou e enumera as prioridades do país para o ano que se inicia.

O ritual é mais antigo do que se imagina. Foi dom Pedro I quem o inaugurou, quase dois séculos atrás, em 1823. O documento se chamava fala do trono. Hoje, o presidente da República apenas remete a mensagem ao Poder Legislativo. No período imperial, o monarca comparecia ao Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio, e proferia a fala do trono numa concorrida cerimônia, deixando claro o que esperava dos senadores e deputados naquele ano.

Na abertura dos trabalhos legislativos de 1826, por exemplo, dom Pedro I pediu:

— Deve merecer-vos sumo cuidado a educação da mocidade de ambos os sexos.

O Brasil oferecia escola apenas para os meninos. A palavra do imperador foi decisiva. No ano seguinte, o Senado e a Câmara aprovaram uma lei determinando que se instalassem “escolas de primeiras letras” para meninas nas cidades mais populosas.

Dom Pedro II herdou a tradição das falas do trono. Em 1853, ele apresentou outra prioridade:

— Recomendando-vos a criação de um banco, solidamente constituído, que dê atividade e expansão às operações do comércio e indústria.

Naquele momento, apenas bancos privados operavam no Império. O Banco do Brasil, fundado por dom João VI em 1808, não suportara as polpudas retiradas feitas pela corte portuguesa antes do regresso para Lisboa e acabara indo à bancarota em 1829. Faltava um banco estatal. Passados dois meses da fala do trono, os senadores e deputados avalizaram a criação do segundo Banco do Brasil, o

mesmo que existe até hoje.

Nos nove anos entre a abdicação de dom Pedro I e a subida de dom Pedro II, os pronunciamentos foram proferidos pelos regentes, entre eles o padre Feijó. Nas ocasiões em que o segundo monarca esteve fora do Brasil, a missão de falar aos parlamentares coube à princesa Isabel. Os discursos invariavelmente começavam com o vocativo “augustos e digníssimos senhores representantes da Nação”.

Patrimônio histórico

Pouco antes da queda da Monarquia, as folhas lidas pelos imperadores e regentes foram encadernadas num volume único. Hoje amarelada pelo tempo, a versão original do livro *Falas do Trono* está sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília, protegida numa sala com controle de temperatura e umidade.

Em dezembro, a Unesco (braço da ONU para educação, ciência e cultura) reconheceu o valor histórico do livro *Falas do Trono* e o incluiu na lista brasileira do Programa Memória do Mundo. Só entram na lista documentos e arquivos que sejam únicos ou raros, tenham grande significado social, mereçam ser difundidos e exijam cuidados de conservação para não se perderem.

No Brasil, a Unesco também reconhece, por exemplo, o diário das viagens de dom Pedro II, o acervo documental da Guerra do Paraguai e os arquivos de Machado de Assis.

O Programa Memória do Mundo é repetido em vários países. Na Alemanha, a Unesco tombou a *Bíblia* de Gutenberg. Em Portugal, a carta de Pero Vaz de Caminha narrando a descoberta do Brasil.

A leitura das falas do trono leva a uma viagem panorâmica pelas quase sete décadas do Brasil monárquico. Além das prioridades para o ano, o soberano falava da situação interna do Império e das relações com outros países. Em 1826, dom Pedro I citou a guerra pela província Cisplatina (atual



Pedro II retratado na fala do trono pelo pintor Pedro Américo: coroa, cetro, manto e murça de penas de papo de tucano

Uruguai):

— A província Cisplatina é a única que não está em sossego, pois homens ingratos e que muito deviam ao Brasil contra ele se levantaram e hoje se acham apoiados pelo governo de Buenos Aires, atualmente em luta contra nós. A honra nacional exige que se sustente a província Cisplatina, pois está jurada a integridade do Império.

Maioridade

Em 1831, dom Pedro I abdicou e voltou para Portugal. O príncipe dom Pedro II, com apenas cinco anos, não poderia ser coroado. Instalou-se, então, um governo de regentes, que conduziria o Império até a maioridade. Na primeira fala do trono no período, os três regentes provisórios frisaram o fato de Pedro II ser brasileiro, e não português como Pedro I, o que permitiria a consolidação da Independência:

— Não foi só solene esse dia [o da aclamação de Pedro II]. Ele se fez também memorável pelo contentamento geral e demonstrações não equívocas do intenso amor e respeito com

que o povo saúda o seu novo monarca, ainda infante, genuíno brasileiro e sagrado objeto da sua patriótica veneração.

Na década dos regentes, as falas do trono abordaram as rebeliões que incendiavam o país. A Cabanagem, no Grão-Pará, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, foram citadas pelo padre Feijó em 1836. De acordo com ele, “o vulcão da anarquia” ameaçava “devorar o Império”:

— Do Pará, faltam notícias modernas. Por bem ou por mal, será a cidade de Belém arrancada às feras que a dominam. A sedição [insurreição] de Porto Alegre foi tão rápida que em poucos dias compreendeu a província inteira. O governo tem deixado entrever aos sediciosos que, no caso de contumácia [insistência], porá em movimento todos os recursos para sujeitá-los à obediência.

As convulsões do período acabaram forçando a antecipação da maioridade de dom Pedro II. Apostava-se na figura do jovem monarca como capaz de pacificar o Império. Em vez dos 18 anos, assumiu o poder

aos 14, em 1840. Ele fez seu primeiro pronunciamento aos senadores e deputados no final daquele ano — as falas do trono eram proferidas também no encerramento do ano legislativo.

— A resolução, por vós tomada e aplaudida pelos meus fiéis súditos em todo o Império, de apressar a época de minha maioridade, confio, senhores, que produzirá os mais salutares efeitos para a causa pública — disse.

Escravidão

A Guerra do Paraguai foi o tema dominante nas falas do trono entre 1865 e 1870. Em 1866, dom Pedro II comemorava o avanço das tropas aliadas sobre o solo paraguaio:

— Deploro profundamente as vidas preciosas sacrificadas nesta guerra, mas é indizível meu orgulho contemplando o nome brasileiro e a glória que imortaliza a memória de tantos bravos. As bandeiras aliadas já tremulam no território inimigo. Espero ver em pouco tempo terminada a guerra.

A previsão não se confirmou.

A guerra ainda se arrastaria por mais quatro anos.

A gradual eliminação da escravidão, o tema mais sensível da Monarquia, apareceu em diversas falas do trono. Chama a atenção o uso dos eufemismos. Diante dos parlamentares, dom Pedro II se referia aos negros como “elemento servil”.

— O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação — afirmou ele em 1867.

O excessivo cuidado com as palavras tem explicação. Os ouvidos da fala do trono — senadores, deputados, ministros e nobres — eram, em grande parte, latifundiários, a quem não interessava a “emancipação do elemento servil”. Dom Pedro II não podia atropelar a classe social que dava sustentação ao Império. Os parlamentares aprovavam a Lei do Ventre Livre só em 1871. A Lei dos Sexagenários, em 1885. A Lei Áurea, em 1888.

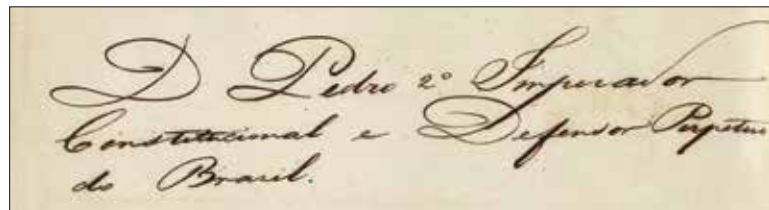
O termo fala do trono não é apenas metafórico. O imperador lia o discurso de um trono posicionado com destaque no Palácio Conde dos Arcos. Era uma das poucas ocasiões em que dom Pedro II se paramentava com a coroa, o cetro, o manto e a murça feita de penas de papo de tucano.

Havia todo um cerimonial. Uma delegação de senadores e deputados recepcionava o monarca na porta do palácio. A família imperial era acomodada num camarote à direita do trono. Ao contrário de outros rituais, como o beija-mão, que acabaram sendo abandonados com o passar das décadas, a fala do trono resistiu até o fim do Império.

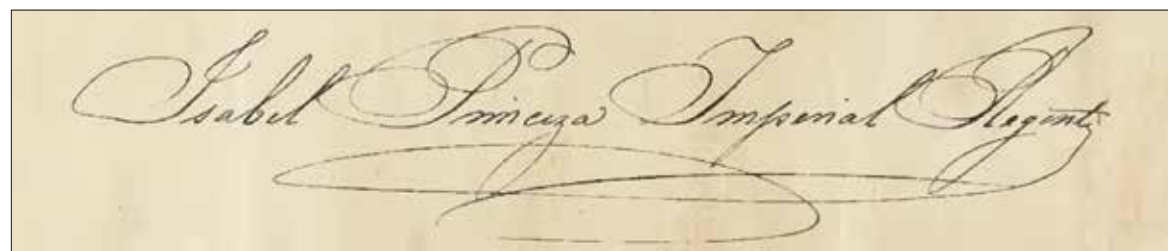
De acordo com Marcos Magalhães, historiador e consultor legislativo do Senado, o ritual das falas do trono foi importante na consolidação do Brasil, recém-emancipado, como nação:

— Para se consolidar, uma nação precisa ser construída também no imaginário coletivo. As imagens e os rituais, como as falas do trono, são fundamentais nesse processo.

Até mesmo episódios hoje menores da história surgiam nas falas do trono. Em 1875, dom Pedro II comentou a Revolta do Quebra-Quilos, em quatro pro-



A assinatura de Pedro II numa das falas do trono proferidas no reinado de 5 décadas



Na ausência de Pedro II, a fala do trono cabia à princesa Isabel: assinatura delicada contrasta com letra firme do pai e do avô

víncias do Nordeste. O Império havia adotado o sistema métrico, mas parte da população se recusou a abandonar as inconstantes e ultrapassadas medidas usadas desde a Colônia, como a braça, a légua, o grão e a onça. — Bandos sediciosos, em geral movidos por fanatismo religioso e preconceitos contra a prática do sistema métrico, assaltaram as povoações, destruindo os arquivos de algumas repartições públicas e os padrões dos novos pesos e medidas. Felizmente, sufocou-se de pronto o movimento criminoso.

Liberdade de imprensa

De acordo com o historiador da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Juez José Tuchinski dos Anjos, autor de um estudo sobre as questões educacionais nas falas do trono, o tom dos pronunciamentos deixa transparecer que os dois monarcas tinham temperamentos quase opostos:

— Dom Pedro I, que conduziu a Independência e enfrentou muita oposição, tinha um espírito centralizador e autoritário. Dom Pedro II, que chegou ao poder em meio a revoltas e agitações políticas, mostrava-se apaziguador e conciliador.

Isso fica claro na reação dos imperadores às críticas. Em 1829, dom Pedro I queixou-se aos parlamentares do excesso de liberdade de imprensa no Império e pediu que se reprimissem os “abusos” dos jornais. Dom Pedro II, ao contrário, sabia conviver com a imprensa hostil. Eram frequentes nas páginas da *Revista Ilustrada* charges mostrando o monarca senil, desinteressado da política e manipulado por seus conselheiros. Nem sequer as falas do trono escapavam da pena zombeteira da revista.

Pelas falas do trono, percebe-se a paixão que o segundo imperador nutria pelas novidades tecnológicas. Em 1872, anunciou que seria instalado um cabo telegráfico submarino conectando o Brasil à Europa. Ele chamou o telegrafo de “tão maravilhoso instrumento da atividade do nosso século”. Em 1873, comentou a participação brasileira na exposição univer-

sal de Viena, onde o Império exibiu seus “adiantamentos” e a “riqueza do território”. Sempre que havia notícias na família imperial, elas eram anunciadas nas falas do trono. Em 1826, a imperatriz Leopoldina morreu. Dom Pedro II disse que uma “dor veemente” se apoderara de seu “imperial coração”. Quatro anos depois, ele comunicaria aos parlamentares que havia acabado de se casar “com a sereníssima princesa dona Amélia”. Em 1845, nasceu o primeiro filho de dom Pedro II, dom Afonso.

— Este primeiro fruto com que o céu abençoou o meu imperial tálamo [casamento], enchendo de delícias o meu coração, já como pai, já como monarca, satisfaz igualmente os ardentes votos de toda a nação brasileira, que me ama e sinceramente deseja a perpetuidade da dinastia



Charges da *Revista Ilustrada*: a fala do trono redigida pelos ministros põe Pedro II em situação embaraçosa; Isabel pede a aprovação da Lei Áurea; ministro lê discurso no lugar da princesa; e a religião como tema recorrente do monarca



diminuindo “graças à Providência Divina”.

O historiador Mauro Henrique Miranda de Alcântara, professor do Instituto Federal de Rondônia, fez um estudo sobre as referências à escravidão nas falas do trono. De acordo com ele, ainda há nesses pronunciamentos muita e inexplorada matéria-prima à espera dos pesquisadores:

— Os historiadores que se dedicam ao Império sempre recorrem às falas do trono para buscar informações sobre pontos muito específicos, como a abolição da escravidão. Por um lado, há questões recorrentes nos pronunciamentos que ainda não foram esmiuçadas, como as epidemias e as secas. Por outro lado, falta uma pesquisa mais ampla, que esquadrinhe todo o conjunto das falas do trono.

Assista a vídeo da Agência Senado sobre as falas do trono: <http://bit.ly/FalasTrono>
Veja os manuscritos originais guardados no Senado: <http://bit.ly/manuscritosOriginais>
Baixe a edição do livro *Falas do Trono* publicada em 1889: <http://bit.ly/FalasDoTrono>